

PMDB QUER PRESIDIR REVISÃO

6 FEV 1993

Partido reage à reivindicação de Inocêncio para comandar reforma constitucional

O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA), disse ontem que o seu partido tentará impedir que o novo presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), dirija os trabalhos da assembléia revisional, que fará a revisão constitucional este ano. O posto, segundo ele, deve ser ocupado pelo presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). Para Genebaldo, Inocêncio está sendo inábil ao antecipar a discussão.

Genebaldo explicou que a definição sobre o comando da revisão só vai ocorrer quando deputados e senadores se reunirem para estabelecer um regimento interno para os trabalhos. Ele lembrou que o artigo das disposições transitórias



Arquivo/AE

Inocêncio disputa com...

que trata da revisão constitucional afirma que a partir do dia 8 de outubro o Congresso irá se reunir "unicameralmente". Para o líder do PMDB, se na revisão constitucional Senado e Câmara serão um corpo só, "o nome natural para encaminhar as mudanças na Constituição é o do presidente do



Arquivo/AE

...Lucena revisão constitucional.

Senado, o senador Lucena".

O peemedebista contestou a tese de Inocêncio da supremacia dos deputados sobre os senadores para decidir a matéria. "Na hora de decidir, seremos todos constituintes outra vez, e vai ganhar a parada quem melhor se articular em plenário", disse.

Inocêncio e Lucena mantiveram encontro ontem com o presidente Itamar Franco no Palácio do Planalto, mas não quiseram falar sobre os assuntos tratados. À tarde, os presidentes da Câmara e do Senado assinaram seu primeiro ato conjunto, convocando extraordinariamente o Congresso por mais dois dias. A atual convocação irá até quarta-feira, dia 10, mas agora, por decisão de seus presidentes, funcionará até sexta-feira. Para esses dois dias foram colocados em pauta: escolha de autoridades (as que dependem de aprovação pelo Senado); votação de autorização para operações financeiras por parte da União, dos Estados e dos Municípios; e a proposta do ajuste fiscal.